



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Substâncias Químicas em Plásticos

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Substâncias Químicas em Plásticos (2º mandato).

Local: Microsoft Teams.

Data: 30 de junho de 2025.

Horário: 14h às 16h.

Participantes: Lista de presença anexa.

I Objetivo:

A reunião teve como objetivo realizar o acompanhamento e o nivelamento entre todos os atores do Grupo de Trabalho - GT Substâncias Químicas em Plásticos, permitindo que os participantes, inclusive aqueles que não puderam participar dos subgrupos, tomassem conhecimento das atividades e identificassem como poderiam auxiliar.

Os coordenadores dos subgrupos foram solicitados a relatar seus progressos, incluindo entraves e a falta de participação de atores importantes para futuras reuniões.

II Atividades

Abertura e apresentação dos membros

A *Diretora de Qualidade Ambiental e coordenadora do GT*, Thaianne Resende, deu as boas-vindas e informou que a reunião seria gravada.

Cláudia Helena Navarro (RFB), da Divisão de nomenclatura e classificação fiscal da coordenação-geral de tributação, da Receita Federal Brasileira (RFB) apresentou-se. Explicou que foi convidada a participar da reunião devido à proposta de especificar as substâncias contidas em plásticos pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

A *Diretora de Qualidade Ambiental e coordenadora do GT*, Thaianne Resende, falou sobre a importância da presença de Cláudia Helena (RFB), explicando que o órgão havia sido procurado devido a uma fragilidade na entrega do produto do subgrupo 1, que buscava identificar as substâncias presentes nos plásticos e suas respectivas NCMs.

Cláudia Helena (RFB) confirmou o recebimento da tabela de substâncias enviada pela coordenação do GT.

Relato dos Subgrupos

Subgrupo 1 - Levantamento das Substâncias Reguladas

Walter Waldman (SBQ), coordenador do Subgrupo 1, informou que o trabalho de levantamento das substâncias reguladas estava em suas fases finais, resultando em uma tabela mais completa e concisa do que o trabalho anteriormente feito no 1º mandato em parceria com a ANVISA. Agradeceu a Leonardo Rocha (INMETRO) por mobilizar sua equipe para o preenchimento da tabela.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Substâncias Químicas em Plásticos

Walter Waldman (SBQ) destacou que algumas das portarias inicialmente levantadas não eram pertinentes a plásticos e seriam removidas da lista. Falou que o trabalho atual do subgrupo consistia em incluir não apenas a substância e seu número CAS, mas, também, o valor numérico da concentração e a cinética de liberação.

Para evitar erros de digitação, foi criada uma aba de unidades, onde os membros do subgrupo poderiam selecionar as unidades em vez de digitá-las. Os dados das 13 portarias levantadas até o momento serão cruzados pelo número CAS. O produto apresentará, então, um intervalo de concentração para cada substância e listará as portarias que regulam essa substância.

Walter Waldman (SBQ) explicou que a planilha final seria didática, com links para as normas. Mencionou que haverá um arquivo de dados associado para usuários que desejarem trabalhar com linguagem SQL, mas que o produto principal será um arquivo Excel de fácil acesso.

Fernanda Pirillo (Casa Civil) questionou se as portarias se aplicam à fabricação no Brasil, importação e exportação.

Walter Waldman (SBQ) esclareceu que a regulação do INMETRO se aplica a produtos fabricados ou importados no Brasil, enquanto produtos exportados devem seguir a regulamentação do país de destino.

Camila Boechat (MMA) corroborou, afirmando que tudo o que entra no país deve seguir a regulação existente. Sugeriu que a planilha do Subgrupo 1 fosse unificada com a planilha da ANVISA.

Walter Waldman (SBQ) respondeu que a planilha da ANVISA não continha divisão por concentração e tinha colunas redundantes e obsoletas, mas que seria possível cruzar os dados para gerar uma planilha mais geral, com valores ou faixas de valores do INMETRO e referências da ANVISA, servindo como uma ferramenta unificada e simplificada para o GT Plásticos e para divulgação dos trabalhos da CONASQ. Afirmou que a entrega ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) seria uma lista positiva bem simplificada com as restrições.

Walter Waldman (SBQ) também compartilha que, via MRE e em parceria com a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), serão realizados dois cursos sobre microplásticos nos dias 14 e 21 de julho para o Ministérios do meio Ambiente da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), visando a preparação para a discussão do INC 5.2.

Subgrupo 2 - Correlação dos CAS e NCM

A Diretora de Qualidade Ambiental e coordenadora do GT, Thaianne Resende, convidou Cláudia Helena (RFB) para introduzir o assunto.

Cláudia Helena (RFB) explicou que recebeu uma lista pequena de substâncias acrescentadas em plásticos, mas levantou dúvida sobre o risco de publicar uma lista de substâncias com NCMs específicas.

Cláudia Helena (RFB) utilizou como exemplo o bisfenol A (BPA), que tem uma classificação para o produto puro, mas que, conforme sua experiência mostra, é frequentemente importado como uma preparação, ou seja, com adição de outras substâncias. Essa diferença na forma de importação muda a classificação fiscal. Por isso, alertou para dois problemas potenciais: importadores poderiam usar NCMs diferentes, alegando que o controle se aplica apenas ao produto puro, ou poderiam classificar



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Substâncias Químicas em Plásticos

preparações como produtos puros, levando à fuga de classificação fiscal e de controle, devido a alíquotas de imposto de importação e IPI inferiores para produtos puros.

Walter Waldman (SBQ) esclareceu que a demanda inicial para o MRE era conhecer os volumes de fabricação, mas, na última reunião, o secretário Nacional do Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf (MMA) enfatizou a necessidade de saber onde as substâncias estão nos produtos.

Cláudia Helena (RFB) reiterou que a classificação fiscal não contém informações de CAS e que as formulações são classificadas pelo produto que confere a característica essencial, e não por cada componente. Demonstrou que na Tarifa Externa Comum (TEC), o CAS só é encontrado para o produto puro, e preparações são classificadas por descrição. Citou exemplos de soluções de consulta da Receita Federal, que classificam preparações à base de bisfenol A em códigos genéricos da indústria química, sem correlação com o CAS da substância. Reforçou que se apenas o código do produto puro fosse listado, as preparações não estariam sujeitas ao mesmo controle, sendo estas listadas em categorias muito amplas como "outros produtos das indústrias químicas" ou "preparações para borracha ou plástico".

Cláudia Helena (RFB) complementou dizendo que a extração de dados específicos para preparações de NCMs genéricas é difícil, requerendo extração especial do SERPRO via Subsecretaria Aduaneira, e resultaria em dados combinados (borracha, plástico, tinta), devido à descontinuação de um sistema interno mais granular por custo-benefício.

Ana Caroline Bellucci (MDIC) explicou que a NCM classifica o produto final, enquanto o CAS identifica a substância. Usou como exemplo um automóvel, em que o plástico com aditivos químicos não aparece na NCM do farol, mas, sim, na do veículo inteiro. Falou que objetivo da correlação era obter dados mais apurados sobre produção e comércio exterior e sugeriu que o GT documente as viabilidades, vantagens e desvantagens de tal correlação. Reforçou que a competência legal para a classificação de produtos na NCM é da Receita Federal, não do MDIC, sendo crucial a participação e ajuda da RFB.

O Professor Fernando Galembeck (SBPC) enfatizou que o único tipo de documento que relaciona produtos puros e preparações é a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos), que deve ser apresentada à Receita Federal pelo importador e contém informações sobre os componentes principais e perigosos. Sugeriu que, se o objetivo é saber quais substâncias químicas entram no país, puras ou em preparação, a FISPQ é a fonte de informação exigível. Contudo, isso exigiria uma nova planilha para identificar os componentes de diferentes preparações, o que poderia ser um volume muito grande de informações.

Walter Waldman (SBQ) questionou se a representante da RFB poderia fornecer a relação de substâncias puras, mesmo que as preparações fossem um problema.

Cláudia Helena (RFB) explicou que o órgão não teria como fazer essa triagem para plásticos, e que a lista de substâncias puras do Capítulo 29 da [TEC](#) seria enorme e exigiria um trabalho manual para associar nomes a números CAS e verificar pureza. Ressaltou que muitas substâncias caem na categoria "outros" por falta de desdobramentos específicos na NCM, que exige mínimo de US\$ 1 milhão de comércio mundial para abertura de códigos de 6 dígitos. Concluiu dizendo que a categoria "outros" representa uma lacuna de informação, dificultando a visualização do que está ali incluído, impossibilitando a identificação retroativa das substâncias a partir do código genérico.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Substâncias Químicas em Plásticos

O Professor Fernando Galembeck (SBPC), apesar de reconhecer a inevitabilidade da categoria "outros", sugeriu que o grupo estava subestimando as possibilidades da Inteligência Artificial (IA) para analisar e abrir essas listas de dados. Indicou que o Laboratório Nacional de Computação ou a Secretaria de Tecnologias de Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) poderiam oferecer apoio.

Camila Hubner (ABIQUIM) concordou que a NCM de misturas não é um conjunto de NCMs separadas e que as FISPQs são a ferramenta para obter informações sobre ingredientes perigosos em misturas. No entanto, expressou dúvida em relação à utilização de IA para resolução do problema, lembrando que, entre 2013 e 2014, um grupo de trabalho da CONASQ concluiu que não havia dados disponíveis no Brasil que dispensassem a necessidade de um inventário de substâncias químicas, lacuna que a Lei 15.022/2024 objetiva endereçar. Argumentou que a IA investigaria bancos de dados existentes, mas que a informação desejada – quais substâncias são usadas em plásticos no Brasil, fabricadas ou importadas – seria mais complexa de se obter.

Fernanda Pirillo (Casa Civil) questionou a utilidade da correlação entre NCM e CAS para o Acordo de Plásticos, sugerindo que tal informação seria mais relevante para o Inventário Nacional de Substâncias Químicas. Argumentou que produtos como cadeiras infantis são importados sob NCMs de produtos acabados, e não de substâncias químicas, tornando o link via NCM inviável para o acordo de plásticos. Conclui que a lista Subgrupo 1 é o que é, de fato, necessário para a proposta do Brasil.

Walter Waldman (SBQ) concordou com a avaliação de Fernanda Pirillo (Casa Civil) e confirmou que a complexidade do rastreamento de substâncias controladas em produtos acabados pela NCM é alta.

Relato do Subgrupo 3 - Fluxograma:

Carlos Tonelli (IBAMA), coordenador do Subgrupo 3, apresentou o relatório encaminhado ao MMA, fruto de duas reuniões realizadas em 10 e 18 de junho.

O objetivo do subgrupo foi complementar o fluxograma aprovado pela CONASQ, identificar lacunas e propor sugestões. As discussões se focaram em três lacunas: (1) definição da obrigatoriedade dos itens dos anexos A, B, C, considerando tratamentos diferenciados para países desenvolvidos e em desenvolvimento; (2) definição dos gatilhos; e (3) desenvolvimento da metodologia de avaliação de risco.

O grupo definiu nove critérios para o Anexo A:

- Propriedades Físico-Químicas (**Critério 1**): não possuem gatilhos específicos, sendo informações acessórias.
- Toxicidade para Organismos Vivos (**Critério 2**): a metodologia GHS seria utilizada, limitada a organismos aquáticos, pois não há metodologia internacionalmente reconhecida para outros organismos (ex: aves).
- Persistência (**Critério 3**), Bioacumulação (**Critério 4**), Potencial de Mobilidade e Transporte (**Critério 5**): seriam aplicados os métodos de triagem da Convenção de Estocolmo ou outra metodologia reconhecida por instituição Internacional.
- Carcinogenicidade (**Critério 6**), Disruptor Endócrino (**Critério 7**), Sensibilização Respiratória Térmica (**Critério 8**): seriam utilizadas análises de resoluções internacionais, o GHS ou metodologias reconhecidas por órgãos internacionais.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Substâncias Químicas em Plásticos

Em relação aos gatilhos para iniciar a submissão ao comitê, foi discutido que a apresentação de apenas um dos critérios 3, 4 ou 8 já seria suficiente. O critério 8 deveria estar vinculado à apresentação do respectivo dado de toxicidade (Critérios 2, 5, 6 ou 7). Os critérios 2, 5, 6 e 7 isoladamente não seriam suficientes, pois a análise do comitê foca no uso da substância, e não apenas em sua toxicidade intrínseca.

- O **Critério 9** (previsão e alerta em acordo ou convenção internacional) seria acessório, servindo como alerta, mas não como gatilho para avaliação, para evitar inchar a lista do comitê com substâncias já avaliadas em outros acordos. O documento final incluirá gatilhos numéricos de Estocolmo e GHS como referência.

Em relação ao Desenvolvimento da metodologia de avaliação de risco, o subgrupo concluiu que seria impossível desenvolver uma metodologia destinada às substâncias contidas em plásticos neste momento, devido à falta de *know-how*, rotas de exposição incertas no Brasil e globalmente. O trabalho de levantamento e conhecimento das metodologias existentes seria, na verdade, tarefa de um comitê técnico mais adequado. As metodologias internas do país, como exemplo o que é utilizado para a Anvisa, não seriam integralmente aplicáveis ao acordo de plásticos.

Carlos Tonelli (IBAMA) encerrou o relato informando que os documentos foram encaminhados ao MMA.

Encaminhamentos e Considerações Finais:

A *Diretora de Qualidade Ambiental e coordenadora do GT*, Thaianne Resende, revisou os objetivos do GT conforme o Termo de Referência. Destacou que o trabalho do Subgrupo 1 está simplificando a informação relacionada ao levantamento das regulações vigentes para o corpo diplomático.

Sobre a correlação entre NCM e CAS, a *Diretora de Qualidade Ambiental e coordenadora do GT*, Thaianne Resende, reconheceu que, com base nas explicações de Cláudia Helena (RFB), este objetivo não poderia ser concretizado neste momento, seja parcial ou completamente, devido à ausência de vínculo direto entre CAS e NCM e à complexidade das preparações.

Cláudia Helena (RFB), informou que poderia disponibilizar uma lista reduzida de substâncias puras, a qual poderia servir como referência inicial, ainda que representasse um universo limitado em comparação às preparações. Informou já havia incluído classificações para misturas na tabela.

A *coordenadora do GT*, Thaianne Resende (MMA), pediu que um *disclaimer* sobre as misturas fosse incluído ao compartilhar a tabela com os membros da CONASQ.

A próxima reunião do GT ficou agendada para 16 de julho, das 10h às 12h, com o objetivo de apresentar os produtos finais ao MRE e coletar eventuais considerações. Foi acordado que os coordenadores dos subgrupos deveriam encaminhar as versões finais de seus produtos com antecedência.

A *Diretora de Qualidade Ambiental e coordenadora do GT*, Thaianne Resende, agradeceu aos participantes, elogiando o sucesso do trabalho dos subgrupos.

Walter Waldman (SBQ) mencionou o Marco Global de Substâncias Químicas (GFC) e a expectativa para as futuras negociações do acordo de plásticos.

Em não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Substâncias Químicas em Plásticos

196

197 **II Anexo A**

198 **Lista de participantes:** Adriana Pessoa (MDIC); Alessandra Cristina Azevedo (PHS); Ana Caroline
199 Bellucci (MDIC); Anne Grudtner (MS); Camila Boechat (MMA); Camila Hubner (ABIQUIM); Carlos
200 Tonelli (IBAMA); Carolina Ponce (ABIQUIM); Everton Hansen (FEPAM); Marco Tadeu Grassi (CRQ-I);
201 Fairah Barrozo (MS); Fernanda Pirillo (Casa Civil); Isabela Moreira (MS); Elaine Faquim (ABIQUIM);
202 Denise Petri (SBPC); Helena Petersen (FEPAM); Patricia Chagas (ANVISA); Rafael Eudes (TOXISPHERA);
203 Thaianne Resende (MMA); Walter Waldman (BBQ/SBPC); Cláudia Helena (RFB); Fernando Galembeck
204 (SBPC); Walter Waldman (SBQ); Fernanda Paiva (MS).

205

Brasília, 30 de junho de 2025

206

207

GT-Regulação de Substâncias Químicas – Memória da 2ª Reunião.17.julho.2025